

ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA DA SAÚDE: UMA ANÁLISE DA GESTÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA.

Ana Rocha Viana¹, Elinaldo Leal Santos²

1. Estudante de IC da Universidade Estadual Do Sudoeste da Bahia

2. Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da UESB/ Orientador

Resumo:

Neste estudo, objetivamos analisar o desempenho do Partido dos Trabalhadores frente à administração/gestão do município de Vitória da Conquista-BA, especificamente, no que se refere a gestão do Sistema Único de Saúde, com ênfase na Atenção Básica de Saúde. Posto isto, o trabalho possui o intuito de responder se a continuidade da administração de apenas um partido durante vários mandatos implica em eficiência da gestão. A metodologia utilizada na pesquisa foi com base em estudo exploratório, de natureza quantitativa, com suporte de dados secundários e informações documentais. Os resultados apontam que a tese da continuidade partidária não se adequa aos dados de Atenção básica analisados neste trabalho.

Palavras-chave: Administração Política; Atenção Básica; Sistema Único de Saúde.

Apoio financeiro: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB.

Trabalho selecionado para a JNIC pela instituição: UESB.

Introdução:

A Teoria da Administração Política surgiu das reflexões realizadas por um grupo de pesquisadores vinculados a Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (EAUFBA), quando reconheceram que parte do conteúdo que constitui o campo da economia política não se caracteriza como estudos econômicos, mas, sim, administrativos. Além disso, quando eles verificaram que organizações não constituem o objeto científico da Administração, uma vez que a organização é apenas o local onde se encontra o objeto, a gestão (SANTOS, 2001). Diante disso, defendem que a finalidade da Administração Política é estudar as relações sociais de produção, distribuição e consumo das sociedades, com vistas a atingir o bem-estar da humanidade.

Em outras palavras, a Administração Política, para esses pesquisadores, é “a forma pelo qual o Estado se organiza e se estrutura para gerir o processo das relações sociais de produção” (SANTOS & RIBEIRO, 1993, p. 106). Portanto, cabe aos partidos políticos, quando legitimados pela sociedade, exercerem à incumbência de gerir uma cidade, um estado ou uma nação. Com base nesses pressupostos, o presente estudo tem por objetivo analisar o desempenho do Partido dos Trabalhadores frente à administração/gestão do município de Vitória da Conquista-BA, especificamente, no que se refere a gestão do Sistema Único de Saúde, com enfoque na Atenção Básica de Saúde. A escolha do município, deve-se ao fato de estarmos diante de uma permanência prolongada, de duas décadas, de um partido no comando de um município, provavelmente, o projeto político mais duradouro do PT no Brasil (1997-2016). Deste modo, objetiva-se atestar a confiabilidade da tese de que a continuidade da administração de apenas um partido durante vários mandatos implica em eficiência da gestão.

Metodologia:

A metodologia concebida para analisar a gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) em Vitória da Conquista - BA, no período de 1998 a 2015, foi um estudo exploratório, de natureza quantitativa, mediante suporte de dados secundários e informações documentais. O Estudo exploratório tem por finalidade permitir um aprofundamento maior sobre temas ou questões com os quais o pesquisador não esteja ainda muito familiarizado ou que disponha de poucas informações, criando as condições de formulação de hipóteses (NASCIMENTO, 2002). No caso específico da análise da gestão do PT, frente ao comando do município de Vitória da Conquista-BA, não encontramos, na literatura brasileira, estudos que relatassem tal fenômeno, daí a sua importância e relevância.

Com a finalidade de obter indicadores referentes à saúde, exclusivamente da Atenção Básica¹, na cidade e no período supracitados, foram coletados dados secundários no Departamento de informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS) e no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No que diz respeito ao tratamento desses dados, foi aplicado a estatística descritiva que “possibilita organizar, resumir e descrever aspectos importantes de um conjunto de dados”, conforme descreve Hair Jr. et al. (2005, apud MACÊDO ET AL., 2015). Neste sentido, foi feita a razão entre os indicadores da atenção básica (famílias acompanhadas, gestantes, cadastramento familiar, situação de saneamento e vigilância alimentar e nutricional) e a população estimada de Vitória da Conquista no período de 1998 a 2015.

Resultados e Discussão:

A municipalização da Saúde Pública ocorre com a finalidade de o próprio município gerenciar os fundos provenientes do SUS. Assim, a municipalização de Vitória da Conquista aconteceu na primeira gestão do prefeito Guilherme Menezes, no ano de 1997, em razão da precariedade em que se encontrava a oferta de serviços deste setor, conforme Longuinhos (2002). Logo, a partir deste ano, começaram a ser implantadas estruturas de saúde públicas mais próximas da população, afim de aumentar os número

relacionados a consultas médicas, procedimentos odontológicos, vacinações, entre outras variáveis.

O período abrangido por este estudo compreende o início da implementação do programa de municipalização da saúde pública no município analisado, o que pode ser observado em relação ao aumento de algumas variáveis. Em síntese, todas as variáveis analisadas famílias acompanhadas, gestantes, cadastramento familiar, situação de saneamento e vigilância alimentar e nutricional apresentam um aumento no ano de 2015 em relação ao segundo ano de gestão do PT, 1998, conforme a tabela 1.

Tabela 1- Atenção Básica no município de Vitória da Conquista 1998-2015

Ano	Atenção Básica - Saúde da Família				
	Situação de Saúde - Famílias Acompanhadas	Situação de Saúde - Gestantes	Cadastramento Familiar	Situação de Saneamento (Sem Tratamento)	Vigilância Alimentar e Nutricional
1998	26.096	817	25.446	3.967	339
1999	39.193	1.000	45.719	7.141	376
2000	50.177	1.404	49.577	7.138	428
2001	54.580	1.293	52.116	7.428	437
2002	57.759	1.650	76.412	7.428	522
2003	57.596	1.704	63.362	8.105	1.356
2004	61.860	1.579	65.436	8.287	1.265
2005	63.073	1.522	66.876	8.376	3.305
2006	62.277	1.575	63.021	6.412	1.923
2007	58.243	1.357	64.384	6.588	6.419
2008	54.824	1.364	59.586	5.805	6.527
2009	63.693	1.306	67.942	6.654	7.756
2010	66.071	1.262	68.328	6.545	7.900
2011	62.842	1.214	74.846	6.507	8.225
2012	62.402	1.368	76.412	5.710	8.693
2013	67.249	1.467	77.726	5.403	8.998
2014	59.686	1.246	78.238	5.464	9.112
2015	59.024	1.299	81.228	5.856	-

Fonte: DATASUS

No entanto, observa-se, também, que, durante o período estudado, houve a elevação da população estimada. Deste modo, necessita-se analisar a razão entre os dados obtidos na tabela 1 e a população estimada, como demonstra a tabela 2, de modo a visualizar a elevação ou redução dos índices de Atenção Básica no período de mandato do PT.

¹ A presente pesquisa foi realizada com o enfoque na Atenção Básica, em função da dificuldade da coleta de dados.

Tabela 2 - Razão da População estimada e dos dados de Atenção Básica em Vitória da Conquista no período de 1998-2015

Ano	Atenção Básica - Saúde da Família				
	Situação de Saúde - Famílias Acompanhadas	Situação de Saúde - Gestantes	Cadastro Familiar	Situação de Saneamento (Sem Tratamento)	Vigilância Alimentar e Nutricional
1998	0,104	0,003	0,102	0,016	0,001
1999	0,155	0,004	0,180	0,028	0,001
2000	0,195	0,005	0,193	0,028	0,002
2001	0,204	0,005	0,195	0,028	0,002
2002	0,214	0,006	0,283	0,027	0,002
2003	0,210	0,006	0,231	0,030	0,005
2004	0,220	0,006	0,232	0,029	0,004
2005	0,221	0,005	0,234	0,029	0,012
2006	0,215	0,005	0,217	0,022	0,007
2007	0,189	0,004	0,209	0,021	0,021
2008	0,175	0,004	0,190	0,018	0,021
2009	0,200	0,004	0,213	0,021	0,024
2010	0,215	0,004	0,223	0,021	0,026
2011	0,203	0,004	0,241	0,021	0,027
2012	0,198	0,004	0,242	0,018	0,028
2013	0,200	0,004	0,231	0,016	0,027
2014	0,175	0,004	0,230	0,016	0,027
2015	0,172	0,004	0,237	0,017	-

Fonte: DATASUS/IBGE/IPEADATA

A tabela 02 permite inferir que, apesar de ter ocorrido um aumento nos dados quando analisados individualmente e apesar de terem crescido quando comparados ao primeiro ano de gestão, estes estão se estabilizando ao comparar com o crescimento populacional de Vitória da Conquista, como no caso de Situação de Saúde – Gestantes e Vigilância Nutricional e Alimentar². Em relação as famílias acompanhadas, está ocorrendo uma diminuição.

² Esta variável só foi analisada até o ano de 2014, em razão da dificuldade de coleta de dados.

Conclusões:

A Administração Política possui o propósito de compreender as formas de produção, distribuição e consumo da população de modo a oferecer condições adequadas à sociedade. Neste sentido, entende-se que essa ciência objetiva estudar a maneira que o Estado se comporta na gestão de áreas, como a saúde. Logo, o partido político que é eleito possui a responsabilidade de gerir a localidade de modo a garantir o bem-estar da sociedade.

Posto isto, observou-se que a cidade de Vitória da Conquista, Bahia, possui o mesmo partido, Partido dos Trabalhadores, no poder nos últimos 19 anos. Isto, na teoria, resultaria em eficiência administrativa, uma vez que existe uma tese que afirma que a continuidade de um partido político durante diversos mandatos resulta em uma gestão de qualidade. No entanto, a partir deste ensaio, notou-se que esta proposição não pode ser confirmada na cidade e no período supracitados, posto que os resultados apontam para uma estabilização e diminuição da Situação de Saúde – Gestantes, da Vigilância Nutricional e Alimentar e da famílias acompanhadas.

Referências bibliográficas

DATASUS. Disponível em: <datasus.saude.gov.br/> Acesso em 20 nov. 2015

IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 12 jul. 2016

LONGUINHOS, M. A. A. Análise do programa de municipalização da saúde: o caso do município de Vitória da Conquista – BA. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Florianópolis, 2002.

MACÊDO, F. F. R. R. et al. Análise de desempenho do sistema único de saúde (SUS) dos municípios das regiões brasileiras. **Revista de Gestão em Sistemas de Saúde**, v. 4, n. 1, p. 1-16, 2015.

NASCIMENTO, D. M. Metodologia do trabalho científico: teoria e prática. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M.
Administração Política Brasileira. **Revista de
Administração Pública**. Rio de Janeiro: v.24,
n.4, out/dez pp.102-135, 1993.

SANTOS, R. S. Em busca da apreensão de
um conceito para a administração política.
Revista de Administração Pública. Rio de
Janeiro: v.35, n.5, set/out, pp.49-77, 2001.